



ATA DE REUNIÃO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC	Nº: 008/2016
	Data: 20/05/2016

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
20/05/2016	16h	18h	Sala de reuniões da Secretaria Geral/TJES

2. Participantes

Nome	Designação/Órgão
Anselmo Laghi Laranja	Juiz Assessor da Presidência
Leonardo Alvarenga da Fonseca	Juiz Corregedor
Felippe Monteiro Morgado Horta	Juiz de Direito
Thiago Vargas Cardoso	Juiz de Direito
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	Juiz de Direito
Marcelo Tavares De Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Christine Rossi	Secretária de Tecnologia da Informação do TJES
Fabio Cardoso Mello	Secretário de Finanças e Execução Orçamentária do TJES
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	Secretária de Gestão de Pessoas do TJES (em Exercício)
Alamir Costa Louro	Coordenador de Desenvolvimento – STI
Carlos Vinícius de Arimatea	Coordenado de Suporte – STI
Jeanni Will	Analista Judiciária Especial – membro do Comitê de Elicitação de Requisitos e Negócio do PJe (convidada)
Daniel Correia	Técnico Judiciário AE (Convidado)
Jaderson de Souza Falcão	Técnico Judiciário AE em Informática (convidado)



3. Pauta

Descrição
1. Verificação do alinhamento do Plano de Contratação de TI e do Projeto da Central de Serviços (service desk).
2. Plano de capacitação - definição de estratégia.
3. Problemas de impressão - Proposta de remanejamento de equipamentos, ilhas de impressão e outsourcing.
4. Economicidade na distribuição certificados digitais.
5. Tratamento dos itens do diagnóstico: Falta de competências em serviços de engenharia (Datacenter) e administrativas (estruturação da Ass. Administrativa), redução do nº de chamados em aberto para o helpdesk e manutenção.
6. Processo 4G - Nova proposta e Comunicado.
7. Atendimento advogados da OAB - Ação do Programa de Melhoria do atendimento.
8. Certidão negativa de 2º Grau e Relatórios estatístico CNJ.
9. Status PJe, atualização das tabelas de taxonomia e atualização de modelos de documentos EJud - novo CPC.

4. Tarefas de reuniões anteriores - pendentes (atualizado até esta data)

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Oficiar à corregedoria para reiterar a necessidade de melhoria de alimentação dos sistemas judiciais.	Fernando Bravin	29/04/2016
02	Elaborar formulário para esclarecimento dos requisitos mínimos para início de demandas e apresentar proposta de melhoria do processo de análise e definição de demandas no TJES.	Marcelo De Albuquerque Christine Rossi	25/04/2016
03	Contatar com Dr. Délio para apreciação da demanda relativa aos sistemas conveniados	Dr. Thiago Vargas	Concluído
04	Instar o grupo de trabalho do eJUD quanto as demandas apresentadas pelo Dr. Délio, solicitando priorização (publicação da produção nos gabinetes)	Alamir Louro	Concluído
05	Organizar Audiências públicas, as quais serão realizadas em datas a serem definidas pelo Presidente do Comitê.	Fernando Estevam Bravin Ruy	Em momento oportuno
06	Apoiar e participar das Audiências.	Felippe Monteiro M. Horta Gustavo Marçal da S.Silva	Em momento oportuno
07	Recompor o Comitê Gestor do PJe.	Comitê de Governança	29/05/2016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

11
5

08	Elaboração de proposta de novo escopo do processo de contratação de internet móvel 4G para o PJES.	STI e Marcelo Albuquerque	Concluído
09	Envio dos artefatos que serão apreciados na próxima reunião: TR do Service desk, Plano de Contratação, Propostas de cenário de implantação do PJe.	Alamir Louro e Carlos Arimatea	Concluído
10	Oficiar à Defensoria para indicação do representante do órgão no Comitê Gestor do Pje.	Comitê de Governança	Aguardar manifestação do próprio interessado oficialmente
11	Análise da situação do cadastro e distribuição de ação pelo CAJE, assim como da atividade dos Conciliadores e Juízes Leigos - Certificado Digital	Comitê de Governança	



5. Informações e deliberações em Reunião

Item	Descrição
1.	<p>Christine abriu a reunião, franqueando a palavra para o Dr. Anselmo, visto que o Presidente do Comitê não pode comparecer à reunião.</p> <p>De plano, o Comitê avaliou o teor da Ata da reunião do dia 29/04/16, fazendo os devidos apontamentos. Dr. Anselmo reiterou que a análise do Plano de Contratação restringiu-se a verificar o alinhamento com o planejamento estratégico, visto que cumpre ao ordenador de despesas as considerações pertinentes à autorização e contratação propriamente dita, uma vez que será objeto de análise específica por ocasião de cada contratação.</p>
2.	<p>Christine passou à apresentação das alterações do Plano de Contratação – Resolução CNJ n. 182/2013. Reiterou que o plano não tem caráter vinculante no que tange à contratação.</p> <p>Diante disso, APROVOU-SE por unanimidade o plano de contratação com as devidas inclusões solicitadas pelo magistrado.</p>
3.	<p>Diante a apresentação de redução de custos em projetos de operação de serviços de TI: 4G e Suporte a Ferramenta de Segurança da Informação, Dr. Thiago solicitou a verificação dos requisitos de acesso à Internet (filtro Web) para uma forma que atendam melhor às demandas dos magistrados, pois estes utilizavam o equipamento 3G/4G para os acessos. Também ponderou que alguns magistrados que possuem o equipamento 4G entenderam que não precisam devolvê-los, em consequência do comunicado que faz referência somente à tecnologia 3G. Os presentes determinaram uma errata no comunicado englobando o 3G/4G.</p>
4.	<p>Service desk: Jaderson consignou que fez contato com inúmeros tribunais, constatando que todos os tribunais utilizam esse serviço em larga escala. Dentre os tribunais questionados apenas o TJSC utiliza o serviço com servidores, estes são inclusive remunerados para atuarem nas funções de Service Desk. Todos os demais Tribunais contrataram uma empresa para a prestação do serviço.</p>
5.	<p>Marcelo destacou que o “plantão” deveria ser contemplado no escopo da terceirização do serviço de atendimento, solicitando que fosse avaliado quando da formalização do certame licitatório com vistas à contratação.</p>
6.	<p>Economicidade na distribuição de certificados digitais: comunicar a estratégia de distribuição de certificado digital com vencimento em 2016 (definir como tratar a atividade dos estagiários na distribuição dos processos em CAJE e Juízes Leigos).</p>
7.	<p>Definir a estratégia de contratação dos cursos de capacitação da STI:</p> <p>- sugestão de contratação de cursos pela EMES: o Comitê solicitou seja ouvida a EMES, visto que a viabilização pela escola vai gerar otimização dos recursos.</p>
8.	<p>Temas diversos - gestão:</p> <p>Administração da infraestrutura do datacenter passa a ser da Secretaria de Engenharia.</p> <p>Apresentação de melhoria do atendimento dos advogados, com disponibilização de 02 máquinas configuradas para acesso aos sistemas do PJ/ES na sala da OAB.</p>



	<p>Dr. Anselmo ponderou a necessidade de oficializar a OAB que os advogados não devem atualizar o Java. Salientou que a divulgação deve ser feita de forma ampla (site, oficiar os magistrados etc);</p> <p>Certidão negativa de 2º Grau - concluída.</p>
9.	<p>Dr. Anselmo solicitou que fossem registrados em ata os sinceros agradecimentos aos Magistrados que anuíram com a cessão de servidores à STI, mormente diante da precariedade de recursos em que se encontram os Juízos de primeiro grau.</p>
10.	<p>Relatórios estatístico CNJ: Christine informou que a STI disponibilizou ao CNJ os relatórios de produtividade de magistrados de 1º e 2º Graus. Dr. Gustavo arguiu se o usuário terá que alguma atuação no levantamento dos relatórios. Foi informado que só cumpre às Unidades Judiciárias a alimentação dos movimentos, pois a extração dos relatórios é realizada por meio dos sistemas computacionais. Foi ponderado que o SERMOJ se mantém nos moldes ordinários (depende da atuação e encaminhamento pelo magistrado). Christine informou também que devido a grande massa de dados utilizada nos relatórios, o banco de dados apresentou intercorrências causando paradas por duas horas nos sistemas EJud e outros. Christine informou que as paradas programadas são sempre divulgadas com antecedência, no entanto, para estas não foi possível o aviso antecipado por não se enquadrar na hipótese.</p>
11.	<p>Dr. Anselmo informou que realizou visita ao CNJ, obtendo a confirmação do apoio ao TJES para o aperfeiçoamento de gestão administrativa e judicial.</p>
12.	<p>Dr. Anselmo ponderou as dificuldades que a equipe de TI encontrou para as parametrizações e fechamentos necessários aos levantamentos estatísticos, tendo oficiado ao CNJ para justificar o atraso na entrega.</p>
13.	<p>Projetos jurídicos: Christine informou as inúmeras demandas já existentes e a necessidade de priorização das que reiteradamente são formuladas. Registrou a solicitação do Des. Fernando Zardini, no que tange à integração com o SEJUS, porém, conforme ponderou Alamir, até o presente momento não houve definição cabal do escopo.</p> <p>Dr. Anselmo salientou da necessidade de fazer circular a informação das demandas já constantes em cronograma, e paralelo a isso, instituir o fluxo de solicitação de demandas, para afastar o atropelamento das ações já priorizadas. A análise técnica será realizada pela STI e autorizada pelo Comitê de Governança.</p> <p>Dr. Thiago sugeriu entrar em contato imediato com Des. Zardini, para melhor conhecimento do pleito formulado.</p> <p>Marcelo consignou que a STI sempre sofreu com a pulverização de demandas, o que impõe a necessidade de um “modelo” de solicitação, para divulgação. Isso para propiciar o gerenciamento de demandas, de forma a permitir a otimização das atividades da STI.</p>
14.	<p>Impressoras – parque atual do TJES: 5000 unidades.</p> <p>Christine salientou as regras orientadoras constantes na Portaria MPOG, que poderá nortear o regramento pelo TJES com vistas ao gerenciamento de ativos de TI.</p> <p>- Propostas: avaliar a forma de aquisição e serviço de manutenção, considerando o ciclo</p>



	<p>de vida de ativos, a necessidade por unidade, os custos, melhor oportunidade etc. Marcelo ponderou sobre a edição de norma para fins de remanejamento de equipamentos.</p>
15.	<p>Dr. Thiago expôs as considerações do Dr. Délio, contemplando diversas demandas de sistema e taxonomia, devidamente submetidas ao Comitê por expediente próprio, o qual foi APROVADO em conformidade com o voto do relator, devendo ser oficiado à Corregedoria e ao Exmº Dr. Délio.</p>
16.	<p>Jeanni discorreu sobre as alterações nas tabelas unificadas do CNJ, classe, assunto, movimento. Informou que o CNJ excluiu a classe 203 AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL. Porém, essa exclusão deve não foi estendida também às classes: 204 Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário(CIVIL); 1711 Agravo de Instrumento em Recurso Especial (CRIMINAL); e 1712 Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário (CRIMINAL). Solicitou que o assunto seja comunicado ao CNJ para a fiel adequação ao procedimento adotado desde a Lei 12322 - que se reescreve no novo CPC;</p> <p>Entende que, via de consequência, o TJES deve inserir na Tabela Tipo de Petição -Tab. 19: Agravo em Resp e Agravo em RE (com a devida comunicação ao CNJ) para viabilizar a interposição desses recursos em Segundo Grau, via juntada.</p>
17.	<p>Foram apresentados por Alamir e Jeanni as alterações na taxonomia e custas processuais, com a devida APROVAÇÃO por unanimidade, com a ressalva quanto às classes que foram excluídas, as quais vão ser mantidas ativas no sistema até a maturação da alteração, pois tem-se constatado alguns equívocos na publicação da tabela, que poderia culmina na restrição à propositura de ações, sendo certo que essa situação deverá ser corrigida posteriormente.</p>
18.	<p>PJe - escopo: Agravos de Instrumento Cíveis e Criminais, advindos de qualquer sistema, seus os incidentes e recursos.</p> <p>Expôs os possíveis riscos em razão da ausência de ferramenta para triagem e indicação de impedimentos, suspeição e a verificação de demandas já julgadas em determinado órgão para fins de cumprimento do estabelecido nos incisos art. 52 do Regimento Interno.</p> <p>Consignou, ainda, que a distribuição pelo CAJE por estagiários deve ser analisada, visto que depende de certificado digital, assim como os Conciliadores e Juizes Leigos.</p>
19.	<p>Alamir relatou as inúmeras solicitações de atualização dos modelos do Ejud, adequando-os ao novo CPC. Informou também que a equipe técnica não tem conhecimentos para alterá-los, cabendo, portanto, definição de responsabilidades dentre a área de negócio.</p>

6. Distribuição de tarefas

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
1.	Definir a responsabilidade referente à atualização dos modelos do Ejud devido ao novo CPC	Comitê de Governança	03/06

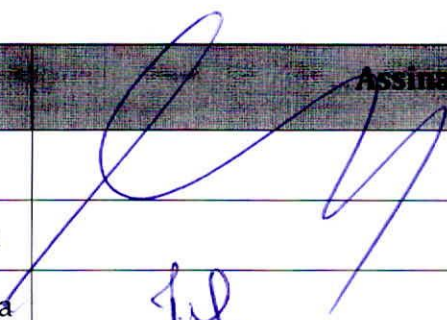


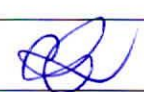





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

2.	Solicitar ao CNJ definição sobre classes que foram apontadas como excluídas na última atualização da taxonomia (203 AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO ESPECIAL).	Dr Anselmo Laranja	03/06
3.	Contactar Des. Zardini a fim de elucidar demanda sobre Sejus.	Alamir Louro	03/06



7. Aprovação

Nome	Assinatura
Anselmo Laghi Laranja	
Leonardo Alvarenga da Fonseca	
Felippe Monteiro Morgado Horta	
Thiago Vargas Cardoso	
Gustavo Marçal Da Silva e Silva	
Marcelo Tavares De Albuquerque	
Christine Rossi	
Fabio Cardoso Mello	
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	
Alamir Costa Louro	
Carlos Vinício de Arimatea	
Jeanni Will	
Daniel Correia	
Jaderson de Souza Falcão	